

**ATA DA 667ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE  
EDUCAÇÃO DE SOROCABA (CMESO)**

Aos quinze dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, às nove horas e vinte e quatro minutos, realizou-se a 667ª (sexcentésima sexagésima sétima) reunião ordinária do Conselho Municipal de Educação de Sorocaba (CMESO), em formato híbrido, com parte dos conselheiros presentes presencialmente e outros acompanhando de forma remota. A reunião ocorreu presencialmente na Casa dos Conselhos da Educação, situada na Rua Campinas, nº 110, Bairro Jardim Leocádia, Sorocaba/SP, e virtualmente por meio da plataforma Google Meet, com transmissão simultânea no canal oficial do CMESO no YouTube. A reunião foi conduzida pela presidente, Prof.ª Aparecida Ferreira da Silva Gutierrez, que iniciou os trabalhos com a verificação de presença. Estiveram presentes os conselheiros Maria Angélica Martins Alves Porto, Aparecida Ferreira da Silva Gutierrez, Antônio Rogério Bernardo, Paula de Fátima Soares, Daniel Tadeu Moreira dos Santos Merlin, Patrícia Justo Machado, Liane de Souza Sai Granado e Simone Vieira Afonso de Almeida. Participaram de forma remota os conselheiros Marília Maria Rodrigues de Almeida Barreto, Gabriela Beatriz Ferro Bandeira de Souza, Andreia Schott Meira, Tulli Vicentin de Almeida e Luciano Geno Jesuíno Bezerra. Registrou-se também a presença do senhor Gustavo, acompanhando a reunião como representante da comunidade. Na sequência, foi realizada a leitura da ata da reunião anterior, conduzida pelo conselheiro Antônio Rogério Bernardo. Durante a palavra da presidência, a presidente agradeceu a participação e a colaboração de todos os conselheiros e informou sobre sua participação no curso de formação promovido pelo Ministério da Educação, voltado à formação de conselheiros e técnicos da educação com foco na ampliação da escola de tempo integral. O curso está vinculado ao polo regional de Campinas e tem como objetivo discutir estratégias

1

**CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SOROCABA**

para expansão da educação em período integral, especialmente no ensino fundamental, etapa em que os sistemas de ensino ainda enfrentam desafios para ampliar o atendimento. A presidente informou que compartilhará com o colegiado materiais e documentos produzidos ao longo da formação, caso haja atividades ou conteúdos que possam ser aproveitados pelo Conselho. Ainda na palavra da presidência, foi relatado que o Conselho recebeu solicitação da imprensa para manifestação acerca dos dados divulgados pelo Censo Escolar de 2024, especialmente sobre questões relacionadas à acessibilidade nas escolas. A presidente informou que, juntamente com a conselheira Maria Angélica, realizou uma manifestação técnica com base nos dados divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Foi destacado que os dados apresentam importantes indicadores sobre matrícula, cobertura educacional, oferta de período integral e condições de infraestrutura escolar. Em relação à acessibilidade, apontou-se que há desafios estruturais a serem enfrentados, sobretudo em escolas mais antigas, construídas em períodos anteriores às atuais normas de acessibilidade. Foi ressaltado que o Conselho deverá realizar análise mais aprofundada dos relatórios técnicos e microdados do Censo ao longo do ano, podendo dividir os temas entre os conselheiros para subsidiar futuras discussões e recomendações. Na oportunidade, foi registrado agradecimento ao servidor Nícolas, que estava encerrando suas atividades junto à equipe de apoio técnico responsável pela transmissão das reuniões do Conselho. Os conselheiros destacaram sua contribuição para a realização das transmissões ao vivo das reuniões e desejaram sucesso em sua nova jornada profissional. Foi também apresentada a chegada do servidor Pedro, que passará a atuar no suporte técnico das reuniões no período da manhã. Dando continuidade aos trabalhos, a presidência apresentou a pauta prevista no planejamento do Conselho, destacando que a reunião seria dedicada principalmente aos trabalhos da Câmara do Ensino Fundamental. Entre os pontos previstos estavam a análise do processo referente ao projeto de lei relacionado à

2

**CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SOROCABA**

implantação de escolas cívico-militares no município, a atualização do andamento dos trabalhos da comissão responsável pela prestação de contas e a apresentação do edital relacionado ao processo de recomposição de representação no Conselho. No que se refere ao processo administrativo encaminhado ao Conselho para manifestação sobre projeto de lei que trata da implantação do modelo de escola cívico-militar, foi informado que a proposição é de autoria de vereador e não do Poder Executivo. O processo havia sido encaminhado ao Conselho para apreciação e manifestação técnica. Foi apresentado parecer elaborado no âmbito da Câmara do Ensino Fundamental, com relatoria do conselheiro Daniel Tadeu Moreira dos Santos Merlin. Durante a apresentação do parecer, foi destacado que o modelo de escolas cívico-militares consiste em proposta de gestão compartilhada entre civis e militares, sendo frequentemente apresentado como alternativa para enfrentar desafios relacionados à disciplina escolar, segurança e organização do ambiente educativo. Entretanto, foi ressaltado que a legislação educacional brasileira, especialmente a Constituição Federal, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e o Estatuto da Criança e do Adolescente, não traz diretrizes específicas para esse tipo de organização escolar na educação pública. Diante dessa ausência de regulamentação clara nas normas nacionais e municipais, o parecer apresentado destacou a necessidade de aprofundamento do debate sobre o tema, incluindo a realização de estudos técnicos e consultas à comunidade escolar. O documento recomenda que eventuais iniciativas de implantação desse modelo sejam precedidas por amplo diálogo com educadores, gestores escolares, estudantes e famílias, bem como pela análise dos impactos pedagógicos, administrativos e jurídicos da proposta. Durante a discussão, conselheiros ressaltaram que experiências semelhantes em outros estados têm sido implementadas mediante legislação própria e consulta à comunidade escolar, incluindo a manifestação dos gestores e conselhos escolares das unidades interessadas. Também foi mencionado que, no Estado de São Paulo, há iniciativas em andamento que envolvem processos

3



**CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SOROCABA**

de consulta às comunidades escolares antes da eventual adesão ao modelo. Após as discussões e ajustes no texto apresentado, o parecer da Câmara do Ensino Fundamental foi submetido à apreciação do plenário e aprovado pelos conselheiros presentes, ficando definido que o documento constituirá manifestação oficial do Conselho Municipal de Educação sobre o referido projeto de lei. Na sequência, foi apresentada atualização dos trabalhos da comissão responsável pela análise da prestação de contas, informando-se que grande parte das informações e evidências documentais já havia sido reunida pelos conselheiros responsáveis pelos diferentes eixos do relatório. Durante a reunião, foram analisados alguns pontos específicos do documento, incluindo referências a instrumentos de planejamento como o Plano Plurianual (PPA) e a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), além de registros de evidências relacionadas a investimentos, manutenção de unidades escolares, formação de profissionais da educação e parcerias institucionais. Os conselheiros discutiram também a necessidade de incluir links e registros documentais que permitam a verificação das informações apresentadas, garantindo maior transparência ao relatório. Foi destacado que o documento encontra-se em estágio avançado de elaboração e deverá ser finalizado nas próximas reuniões do Conselho. Também foi apresentada atualização sobre consulta pública em andamento, relacionada a temas em discussão no âmbito do Conselho, registrando-se que já haviam sido recebidas mais de duzentas contribuições da comunidade. Os conselheiros ressaltaram a importância de ampliar a divulgação da consulta para incentivar maior participação da sociedade. Por fim, a presidência lembrou o calendário das próximas reuniões do Conselho, destacando que, na reunião seguinte, prevista para seis de maio, os trabalhos estarão voltados à análise de estudos relacionados à educação infantil, especialmente à resolução nacional que trata das diretrizes operacionais para a qualidade da educação infantil. Os conselheiros foram orientados a realizar leitura prévia do documento para subsidiar as discussões. Nada mais havendo a tratar, a presidente agradeceu a presença de

4



PREFEITURA DE SOROCABA  
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO  
SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SOROCABA

todos os conselheiros e participantes, desejou um bom feriado e reforçou a importância da continuidade dos trabalhos das câmaras e comissões do Conselho. A reunião foi encerrada, sendo a presente ata lavrada por mim, Paula de Fátima Soares, que, após lida e aprovada, será assinada pelos conselheiros presentes.

*[Handwritten signatures in blue ink]*